

# Sandra Maria Patrício Ribeiro

## *Universidade de São Paulo*

---



---

Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Vice coordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (IPUSP); líder do Grupo de Pesquisa Mitopoética da Cidade (IPUSP); membro colaborador do Grupo de Pesquisa em Política Ambiental (IEA-USP) e do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

---

CV: <http://lattes.cnpq.br/6404152265871629>

E-MAIL: [sandrapatricao@usp.br](mailto:sandrapatricao@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3838-122X>

Eda Tassara  
*Universidade de São Paulo*

---



---

Professora Emérita e Titular do Instituto de Psicologia da USP; é proponente e coordenadora do laboratório de pesquisa LAPSI (IPUSP/PST) e do grupo Política Ambiental do IEA/USP. Foi professora visitante e conduziu pesquisas em países da Europa e América Latina. Autora de estudos críticos sobre a contemporaneidade nas interfaces ética-psicologia social-política à luz da Teoria da Ciência.

---

cv: <http://lattes.cnpq.br/3889873314551168>

E-MAIL: [edatassara@uol.com.br](mailto:edatassara@uol.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7592-8407>

---

## Considerações sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais

RESUMO: O ensaio propõe reflexões sobre o estudo das multidões, tema da maior relevância no momento presente em que mais da metade da população mundial vive aglomerada em cidades, e que se intensificam fenômenos coletivos problemáticos – terrorismo, grandes fluxos migratórios, manifestações políticas violentas, padrões de consumo insustentáveis, crime organizado etc., afora a disseminação de todo tipo de mal-estares psíquicos nas populações urbanas. Nesta direção, considera-se necessário enfrentar dois problemas metodológicos inextricáveis: descobrir formas válidas de desenvolver conhecimento-síntese sobre as miríades de expressões cognitivo-afetivo-poéticas de

cidadinos em relação à cidade que habitam e, por outro lado, inventar procedimentos que permitam, a partir de um número limitado de sujeitos, induzir conhecimento a respeito de multidões. Como um possível caminho, sugere-se uma abordagem compósita, simultaneamente analítica e hermenêutica, política e ética, aplicada às leituras feitas por cidadãos particulares da cidade que habitam.

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA DA PSICOLOGIA, PSICOLOGIA SOCIAL, INTERAÇÃO SOCIAL.  
CONSIDERATIONS ON SOCIAL PSYCHOLOGY

---

## Considerations on the study of urban crowds in the present time

**ABSTRACT:** The essay proposes reflections on the study of crowds, a theme of the greatest relevance at the present moment when more than half of the world population lives agglomerated in cities, and that problematic collective phenomena are intensified – terrorism, large migratory flux, violent political manifestations, unsustainable consumption patterns, organized crime etc., aside from the spread of all sorts of psychic malaises in urban populations. In this direction, it is considered necessary to face two inextricable methodological problems: to discover valid ways of developing a knowledge-synthesis on the myriad of cognitive-affective-poetic expressions of city dwellings in relation

to the town that inhabit and, on the other hand, invent procedures that allow, from a limited number of subjects, to induce knowledge about crowds. As a possible path, we suggest a composite approach, simultaneously analytical *and* hermeneutic, political *and* ethical, applied to the readings made by city dwellings of the town they inhabit.

**KEYWORDS:** HISTORY OF PSYCHOLOGY, SOCIAL PSYCHOLOGY, SOCIAL INTERACTION.



# Considerações sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais

---

Sandra Patrício

Universidade de São Paulo

Eda Tassara

Universidade de São Paulo

O texto que segue constitui-se como um enfrentamento ensaístico da questão, a cada dia mais candente, de como podem proceder os cientistas humanos e sociais em busca de auscultar as necessidades, desejos, anseios e expectativas das miríades de pessoas que hoje se aglomeram nas grandes cidades, de tal sorte que possam ser considerados nos atos de projeção públicos. Como estudar, conhecer, compreender, a experiência subjetiva das pessoas que compõem as multidões urbanas? Como os cidadãos apreendem e avaliam as condições em que vivem, como se sentem em relação aos lugares que frequentam, o que os atemoriza, sereniza, enfurece ou alegra, de que se lembram e o que desejam, quais são suas necessidades? O que buscam encontrar, a que chamados atendem, a que lugar aspiram, por quais motivos? Os dispositivos existentes –

---

*in:* Ethos humano e mundo contemporâneo. Diálogos e estudos.

tradicionais ou inovadores, físicos ou virtuais – de consulta, participação e controle social não parecem ser suficientes para encontrar respostas a tais perguntas. As classes dirigentes – políticos, formadores de opinião, gestores, intelectuais – mostram-se confusas, se não atônitas, incapazes de compreender e manejar adequadamente as motivações, ímpetos e disposições coletivos, no sentido da preservação de laços e vínculos sociais, que, então, esboroam a olhos vistos. O problema ainda mais se complicou à medida que essas multidões, alavancadas pelas redes sociais virtuais, tanto quanto por doutrinas políticas, éticas e estéticas das mais variadas cores e matizes e nas mais variadas misturas, *tomaram a dianteira* dos processos públicos em quase todos os setores, através de manifestações as mais ruidosas, porém, sem qualquer orquestração prontamente reconhecível. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma busca legítima pelo reconhecimento de demandas até então ignoradas ou desatendidas pelos poderes instituídos, mas seria precoce avaliar esse processo como construtivo ou destrutivo, e mais ainda tentar interpretá-lo teoricamente.

A julgar pela profusão de teorizações e opiniões especializadas publicadas nos últimos anos, verifica-se que muito esforço tem sido dedicado a interpretar as multidões; entretanto, esta literatura não se aprofunda na descrição dos fenômenos que aborda, e tudo se passa como se não houvesse dificuldades na delimitação objetiva da “multidão”. Sobretudo, passa-se ao largo das questões fundamentais acerca das relações entre os níveis individual e coletivo nos quais se organiza a vida humana – questões estas que, para muitos, configuram o objeto de estudo específico da psicologia social, ponto que retomaremos adiante. Acreditamos que, ao menos em parte, essa literatura falha na compreensão das aspirações e do comportamento das multidões urbanas porque

busca responder a situações factuais unicamente pelo recurso ao acervo das ideias já produzidas pelas grandes linhagens do pensamento político ocidental – e a recorrência dos mais variados problemas ligados às multidões, que persistem a despeito de toda sorte de medidas intentadas para solucioná-los, de certo modo atesta essa falha de compreensão.

Evidentemente, não caberia aqui revisar as matrizes do pensamento político às quais se filiam as teses atuais sobre as multidões. Gostaríamos apenas de indicar, sumariamente, que estas filiações remontam predominantemente, e mais ou menos explicitamente, de um lado, a Thomas Hobbes (1588-1679) e, de outro, a Baruch Espinoza (1632-1677). Ambas as visões têm desdobramentos que alcançam os nossos dias, tendo a visão hobbesiana predominado na primeira metade do século xx (por exemplo, apresenta-se em algum grau em Le Bon, Sigmund Freud, Ortega y Gasset, Elias Canetti, Serge Moscovici e outros), enquanto a visão espinosana, que ganhou espaço a partir de meados do mesmo século, parece ter maior popularidade nos dias atuais (por exemplo, mesclada a outras influências, apresenta-se explicitamente em Toni Negri e Michael Hardt); mas nossos propósitos tornam supérflua uma revisão exaustiva dessa literatura filosófico-política<sup>1</sup>. O que queremos salientar é nossa suspeita de que essa adesão a sistemas teóricos bem sedimentados, mas, o mais das vezes, ancorados em situações históricas muito específicas, ou mesmo inteiramente especulativos,

<sup>1</sup> Menciona-se, de passagem, que boas revisões têm sido produzidas com a finalidade de contrastar e discutir as várias propostas teóricas a respeito do tema. À guisa de ilustração, indica-se aqui o trabalho de Jordi Massó Castilla, que retoma os principais argumentos de Toni Negri e Michael Hardt, Alain Badiou, Daniel Bensaid, Étienne Balibar, Jacques Derrida, Jacques Rancière e Jean-Luc Nancy, tendo como eixos organizadores três questões da filosofia, as quais ele considerava na ocasião “plenamente vigentes”: quem é o sujeito político? Como pode ser representado? E em que consiste e como pode produzir-se o acontecimento revolucionário? (Castilla, 2012).

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais

Sandra Patrício e Eda Tessara

nem sempre contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre as multidões – isto porque, por um lado, inclina os pesquisadores a subsumir os dados da realidade aos constructos teóricos e às ideologias tradicionais e, por outro lado, ocupa boa parcela da comunidade científica em disputas teóricas sem maior relevância para a lide com os problemas cotidianos que envolvem milhares, às vezes milhões, de cidadãos.

É irresistível a tentação de associar o que dizemos à teoria dos ídolos de Francis Bacon, e especialmente ao que ele disse sobre os *Idola Fori* e os *Idola Theatri*; e também ao modo que ele indica para os enfrentar a todos:

Resta-nos um único e simples método, para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas (Bacon, [1620] 1999; aforismo xxxvi, p. 39).

Assim, caberá retroceder ao sentido mais básico da palavra “multidão”: derivada do latim, *multitudo* representa, antes de mais, um conceito quantitativo correspondente aos grandes números, aos “muitos”, aos “inumeráveis”:

*MULTITŪDŌ, INIS.* (feminino). Marcus Tullius Cícero: *a multidão, frequência, abundância, cópia; o povo, a plebe, o vulgo.* M. Terentius Varro Reatinus: o número plural. *Multitudo imperita, Cícero: o vulgo. Multitudo aut servit humiliter, aut superbe dominatur,* Titus Livius: a multidão ou obedece em escravo, ou comanda em tirano (Ulhoa Cintra & Cretela Jr., 1944).

Pode-se dizer que, como número plural, aplicada aos seres humanos a multidão poderia, no limite, abranger toda a humanidade – embora, de fato, seja costumeiramente associada às ideias de *povo* e de *plebe*, como se vê pelo verbete transcrito acima, como também de *massa*. Por ora, não nos interessaria deslindar aqui tais conceitos nem discutir as possíveis razões para que assim se emaranhem; queremos apenas deixar claro que, neste ensaio, a palavra “multidão” é empregada preferentemente como indicativa da situação de aglomeração de grande número de indivíduos humanos<sup>2</sup>. Neste sentido, pode-se dizer que as multidões constituem uma faceta inarredável do fenômeno urbano moderno: a grande cidade contemporânea implica multidões<sup>3</sup>, seja no sentido de que o tamanho da cidade é definido pelo tamanho de sua população, seja no sentido de que o tamanho alcançado e o modo de vida característico da vida urbana tornam obrigatório o compartilhamento de espaços e recursos por grande número de pessoas. Portanto, neste sentido quantitativo, a cidade é composta por uma multidão: a multidão de cidadãos/urbanitas. E a cidade compõe multidões: por exemplo, a multidão de usuários do sistema viário, ou de qualquer outro equipamento ou recurso urbano. Assim, todo ato de projeção de intervenções urbanas ou está ancorado numa profunda compreensão dessas imensas coletividades às quais se destina, ou está fadado a resultar inócuo ou desastroso.

2 Esta definição é corroborada, por exemplo, por Henri Piéron ([1951] 1969): “MULTIDÃO (francês, foule): Reunião de indivíduos que se aglomeram sob a influência de um fator de ação comum sobre eles”. E igualmente por Gary R. VandenBos (2010): “MULTIDÃO: aglomeração bastante grande de pessoas que temporariamente compartilham um foco comum e uma mesma localização”.

3 Não apenas: já Aristóteles (2009), em sua Política, afirmou decididamente que “a cidade é uma multidão de cidadãos”. É por zelo descritivo que, por ora, preferimos falar simplesmente em cidadãos, não em cidadãos.

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais

Sandra Patrício e Eda Tessara

Sublinhamos que a compreensão das multidões – seja em suas ações cotidianas, seja em suas manifestações reivindicativas ou contestatórias – configura um desafio, ainda não vencido, para o esforço do conhecimento científico em ciências humanas e sociais, sobretudo nas áreas de psicologia social e de arquitetura e urbanismo, bem como para o conhecimento filosófico, sobretudo nas áreas da ética, política e estética. Além disso, fenômenos coletivos atuais como o terrorismo, os movimentos migratórios em massa, as manifestações políticas violentas, os padrões de consumo insustentáveis, a violência urbana etc., tornam a compreensão das multidões um problema de extrema relevância social – e a cada dia mais, neste momento em que já mais da metade da população mundial vive aglomerada em áreas urbanas (UNO, 2015).

Seguindo a recomendação de Bacon, buscar tal compreensão exige ir *aos próprios fatos particulares*, ou seja, exige que se observem as multidões que, de fato, se movem pelos espaços urbanos, para aí investigar suas séries e ordens: os transeuntes que circulam pelas ruas e praças, as audiências que se reúnem nos espetáculos, os torcedores que comparecem aos estádios, os passageiros que aguardam o metrô na plataforma, as manifestações políticas nas avenidas. Para as ciências humanas e sociais, todavia, e sobretudo para a psicologia social, não basta observar os movimentos, os fluxos, da multidão; o problema metodológico com o qual nos defrontamos consiste em descobrir como, digamos, ajustar nosso foco para um ponto situado precisamente “entre” a multidão cidadina (os grandes números de humanos que se aglomeram em cidades globalizadas) e os indivíduos que as compõem (os cidadãos particulares). Segundo pensamos, este ponto corresponde às *leituras* que os (muitos) cidadãos fazem da cidade que habitam:

*como apreendem e avaliam as condições em que vivem, como se sentem em relação aos lugares que frequentam, o que os atemoriza, os torna serenos, enfurece ou alegra, de que se lembram e o que desejam, quais são suas motivações, ímpetos e disposições.* Dito de outro modo, estas leituras consubstanciam – materializam e tornam visíveis, observáveis – a realidade a ser tomada como objeto pela psicologia social, ou seja, sucintamente, as experiências e expectativas das multidões de habitantes de cidades globalizadas.

Trata-se, porém, de uma realidade que se apresenta, hoje, com complexidade, dinamismo e extensão espacial quase extremos e que, ademais, aparentemente conjuga forças cujas naturezas e formas de ação ainda não estão suficientemente esclarecidas e ponderadas. Portanto, qualquer esforço na direção de conhecer as experiências e expectativas de multidões de habitantes de cidades globalizadas precisará arrostar dois problemas inextricáveis, ambos de cariz metodológico: o primeiro consiste em descobrir formas válidas de desenvolver conhecimento-síntese sobre as miríades de expressões cognitivo-afetivo-poéticas de cidadãos – suas leituras – em relação à cidade que habitam; o segundo consiste em inventar procedimentos que permitam, com base em um número limitado de sujeitos, induzir conhecimento a respeito das características, motivações e esperanças das multidões urbanas atuais. As considerações que registramos nas próximas páginas pretendem contribuir para o enfrentamento destes problemas.

## **A MULTIDÃO**

O aspecto mais geral e desafiador dos problemas apontados corresponde às dificuldades de se especificar o significado de um termo coletivo, como é o caso de “multidão”, de modo que se possa traçar

---

### Capítulo 3

um programa de observação da realidade à qual ele se refere. Ao dizer isto, pretendemos enfatizar que todo enunciado a respeito de uma coletividade (ou *multidão*, no sentido quantitativo que adotamos) ou bem se ancora no conhecimento acerca do comportamento dos indivíduos que a compõem, ou bem incorre no risco de hipostasiá-la<sup>4</sup>, como aliás tem ocorrido, por exemplo, em expressões como “a voz das ruas”, “a vontade do povo” e que tais, fartamente utilizadas – digamos, à esquerda e à direita – para justificar as mais díspares e antagônicas posições. Nada resta, portanto, senão renunciar, ao menos momentaneamente, às noções previamente concebidas sobre as coletividades e reinstaurar a pergunta sobre os fatos da vida individual que as consubstanciam, mesmo que a análise dos dados assim coletados possa ser, posteriormente, processada inferindo-se consequências que abrangem a coletividade em questão. Mas ressalva-se expressamente que tal atitude em nada pretende corroborar doutrinas político-ideológicas individualistas que tratam de forcluir o meio ecotécnico-simbólico *coletivo* que é necessário para a sustentação do indivíduo.

É digno de nota que o problema das relações entre as coletividades e os indivíduos tem importância crucial para a psicologia social: a despeito das famigeradas controvérsias que caracterizam esta área de conhecimento, pode-se dizer que grande parcela dos psicólogos sociais converge na admissão de que seu objeto de estudo específico seria a interação entre o nível individual e o nível coletivo de organização da vida humana, tal como esta interação, de fato, acontece nas condutas concretas, ou seja, nas condutas de

4 Adota-se, aqui, o sentido de “hipóstase” indicado por Japiassu & Marcondes (2008): “uma entidade fictícia falsamente considerada como uma realidade que existe fora do pensamento”. Donde se derivou o verbo “hipostasiar”: “considerar como uma coisa em si aquilo que não passa de um fenômeno (ex.: a temperatura) ou de uma relação (ex.: a grandeza)”.

“sujeitos” em “situações”<sup>5</sup>. Em vista disto, é oportuno começar por elucidar o conceito de “situação” tal como o compreendemos e empregamos neste ensaio. Para Henri Piéron ([1951] 1969), a palavra “situação” *designa as relações globais, de posição e ação possíveis, entre um organismo e seu meio*. Neste sentido, o conceito de situação abarca muito mais do que o contexto mais ou menos accidental do comportamento; antes, dirige a atenção, por um lado, para os estímulos e as contingências que tipificam o *lugar* ocupado pelo organismo (sua *posição*) em seu meio, incluindo-se, naturalmente, aqueles decorrentes da presença de outros organismos e das relações sociais estabelecidas entre eles, e, por outro lado, para os objetivos e capacidades de ação específicos do organismo em questão. Esta concepção é convergente com a de Kurt Lewin (1973; glossário, pp. 236-244), para quem a *situação* define-se como “o espaço vital ou parte dele, concebido em termos do seu conteúdo (significado)”, espaço este que corresponderia à “totalidade de fatos (de diversas naturezas) que determinam o comportamento de um indivíduo num certo momento”, representando, portanto, “a totalidade de possíveis eventos”. Subjacente ao conceito de *situação* tal como aqui apresentado, há a ideia de que todos os comportamentos de um indivíduo expressam o resultado de complexas interações que ele mantém com seu meio, em

5 Jean Maisonneuve ([1973] 1977), por exemplo, considera que esta “interação” – domínio próprio da psicologia social – não é focada nem pela sociologia nem pela psicologia, já que “a sociologia, reduzida a si mesma, se limita ao jogo das estruturas institucionais e das regulações coletivas” e a psicologia “se aplica a ‘funções mentais’ encaradas em sua generalidade, ou sob seus aspectos diferenciais”. A imagem oferecida pelo autor para a psicologia social é a de uma ciência charmeira, a ciência da “encruzilhada” entre psicologia e sociologia; sua incumbência, “assumir integralmente a descrição e a interpretação de uma conduta em situação”. Tratar-se-ia, então, de um campo de conhecimento caracterizado pelo esforço de investigar exaustivamente “a interação dos processos sociais e psíquicos no nível das condutas concretas e a interação das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana, bem como promover a junção entre o aprobe objetivo e o do sentido vivido no nível do(s) agente(s) em interação” (p. 13). Poderíamos citar também José Bleger (1984); Silvia T. Maurer Lane (2006); Frédéric Munné (2008) – todos estes e vários outros psicólogos sociais, embora assumindo diferentes perspectivas, ilustram, em essência, a convergência que assinalamos.

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais

Sandra Patrício e Eda Tessara

função de tudo aquilo que tem valor e significado para sua existência – no caso humano, necessariamente um *meio* físico e social<sup>6</sup> –, e, portanto, fornecem indícios esclarecedores não apenas sobre o indivíduo em questão, mas também sobre a situação da qual é partícipe.

Apesar das espinhosas questões ontológicas e epistemológicas com as quais pode tropeçar uma tal concepção de *situação*, ela ainda representa a melhor aposta quando se trata de enfrentar o problema de investigar os coletivos humanos, porquanto permite que se busque verificar empiricamente, pela observação de *indivíduos* – ou seja, das *unidades empíricas de fala e ação*<sup>7</sup> cujos comportamentos formam, e também dissolvem, as multidões urbanas –, os enunciados a respeito da coletividade. Em cada uma dessas situações, sob um olhar externo (objetivo) todos os indivíduos que a compõem igualam-se e são reconhecidos unicamente como uma partícula indiferenciada, intercambiável com qualquer outro: um “usuário do metrô”, um “transeunte numa movimentada avenida”, um “espectador”, um “habitante da cidade” etc. Cada indivíduo, todavia, corresponde também a uma unidade orgânica, com tudo o que isto implica de necessidades, desejos, cognições, condutas etc.<sup>8</sup>; sobretudo, implica que entretém

6 Cabe reportar a definição proposta pelo geógrafo Augustin Berque (2000, p. 48) para os meios humanos (*milieux humains*): “relação de uma sociedade com o espaço e a natureza”.

7 No geral, empregamos os termos *indivíduos* (e também *peças e sujeito*, adiante) sob a inspiração dos sentidos que lhes atribui o professor Luís Cláudio Figueiredo (1995), no ensaio “Pessoas, sujeito, meros indivíduos. Desencontros e passagens no Brasil contemporâneo”.

8 Claro: implica, ademais, que o indivíduo corresponde a um corpo e disto decorrem muitas consequências: a soma das forças físicas de grande número de indivíduos densamente aglomerados, por exemplo, os capacita a feitos impressionantes (p.e., a tomada da Bastilha em 14/07/1789); por outro lado, este adensamento potencializa o número de indivíduos vitimados em situações de choque ou desastre (p.e., as centenas deles atingidas pelo caminhão dirigido por Mohamed Lahouaiej Bouhlel em 16/07/2017, durante a comemoração da Fête Nationale da França na Promenade des Anglais, Nice). Uma consideração detalhada deste aspecto, porém, pode ser omitida neste momento.

múltiplas relações em muitas outras situações das quais é partícipe e em direção às quais transita: toma o metrô para ir ao trabalho, caminha pela avenida tentando dissipar uma tristeza, comparece a um espetáculo para distrair-se ou prestigiar seu tema, veio morar nesta cidade para estudar etc. Ou seja, a par das razões comuns (logísticas, políticas, comerciais etc.) que os reúnem numa mesma situação, cada indivíduo ali se encontra por motivos muito particulares que, em última análise, os diferenciam e até mesmo singularizam em relação aos demais – esta posição singular é precisamente o que caracteriza já não *meros indivíduos*, mas *pessoas*<sup>9</sup>.

Esta posição singular confere à pessoa uma perspectiva única, a par do fato de ser sempre tributária da história da humanidade. É sempre baseado em sua perspectiva pessoal que alguém pode alcançar-se à posição de sujeito cognoscente – pode, efetivamente, perceber, avaliar, entender e julgar cada situação da qual participa, em estreita correspondência à sua (também única) compreensão de todo o seu mundo de vida. Resta dizer que uma pessoa se comporta, ao fim e ao cabo, com base em *seu* conhecimento da situação, e, neste sentido, um indivíduo anônimo tomado de entre aqueles que compõem uma multidão urbana qualquer pode ser assumido como suporte empírico de pelo menos três figuras idealizadas: a *pessoa*, o *sujeito* e o *cidadino*<sup>10</sup>. Naturalmente, o acesso a estas dimensões

9 Note-se que este sentido converge, também, com a definição dada por Kurt Lewin (1973), para quem a pessoa pode ser representada como uma “região diferenciada do espaço vital”, embora numa primeira aproximação possa ser representada por uma região ou ponto indiferenciado. É de notar que o autor afirma que a pessoa está geralmente localizada dentro da região sobreposta de “duas ou mais situações que existem simultaneamente e que têm uma parte comum”.

10 Admite-se que as considerações acima pressupõem que todas estas categorias (corpos, organismos, indivíduos, pessoas, sujeitos, cidadãos, além de outras que não estão sendo discutidas neste ensaio, mas que podem revelar-se importantes em processos de análise de dados

### Capítulo 3

---

pessoal, subjetiva e cidadina dos indivíduos exige a concatenação de meios e métodos bastante diferentes da observação direta que permitiria acompanhar os fluxos de uma multidão ou mesmo as movimentações de alguns dos indivíduos que a compõem. Nesta direção, queremos afirmar nossa convicção de que os *procedimentos ainda não tentados*<sup>11</sup> no esforço de conhecimento sobre as multidões urbanas atuais concernem, em primeira instância, ao desenvolvimento de um modelo-padrão das *leituras* feitas por cidadãos de suas situações de vida – modelo este que, segundo pensamos, pode ser induzido com base na análise e interpretação de relatos, depoimentos, ilustrações etc., emitidos por miríades de indivíduos nas mais diversas situações urbanas. Interpõe-se, portanto, o desafio técnico de inventar os meios para acessar tais leituras.

## **O MÉTODO**

Note-se que os instrumentos mais largamente empregados nas ciências sociais (escalas Likert, questionários, inventários de interesses etc.) não correspondem, de nenhum modo, ao objeto que se tem em vista. Neste ponto, será útil assinalar também as distâncias que separam a abordagem aqui preconizada de estudos tais como, por um lado, as pesquisas em psicologia comunitária e, por outro, as pesquisas de opinião pública (claro, sem desconsiderar em nada a relevância e mérito próprio dessas abordagens). Quanto a estas últimas, as

empíricas) sejam irreduzíveis entre si, como se constituíssem distintos níveis de realidade, seja no sentido epistemológico, em que os níveis corresponderiam a diferentes processos de conhecimento, seja no sentido ontológico, em que cada categoria corresponderia a leis específicas e a conceitos fundamentais próprios (vide Nicolescu, 1999).

11 Para lembrar, novamente, Francis Bacon: “Seria algo insensato, em si mesmo contraditório, estimar poder ser realizado o que até aqui não se conseguiu fazer, salvo se se fizer uso de procedimentos ainda não tentados” (Bacon, [1620] 1999).

maiores disparidades dizem respeito à delimitação pontual de suas buscas e ao tratamento probabilístico de seus dados, em contraste com o caráter abrangente e compreensivo de nossa proposta. Quanto às primeiras, a diferença reside, em suma, no fato de tomarem os indivíduos que têm sob foco como elementos de uma coletividade delimitada aprioristicamente (como *membros* de tal ou qual comunidade indígena ou tradicional, por exemplo), em contraste com nossa intenção de fazer derivar dos dados empíricos os subgrupos em que deveria ser organizado o universo a ser investigado. As abordagens clínicas, por outro lado, estando focadas nos indivíduos, podem representar importantes fontes de inspiração<sup>12</sup>, mas não podem ser transferidas, tais e quais, do *setting* clínico para as situações aqui visadas. O maior auxílio parece provir dos métodos de pesquisa qualitativa desenvolvidos e validados sobretudo no campo da etnografia, com os quais, aliás, a psicologia social vem operando há muito tempo. Sobre a fecundidade do método etnográfico para a psicologia social, caberá citar as conclusões de Maurício Rodrigues de Souza (2014, 2015a, 2015b), após extensa consideração do assunto:

[...] encerramos o presente trabalho reafirmando a ideia de que o recurso ao método etnográfico permanece absolutamente válido no horizonte da atual pesquisa psicossociológica. E mais: [...] dada a sua plasticidade, este método pode ser utilizado de maneira promissora em conjunto com outras orientações teóricas, metodológicas e éticas que vêm adquirindo espaço

12 Caberia, aliás, render créditos aos trabalhos clínicos que inspiraram várias das nossas próprias considerações aqui apresentadas. Podemos assinalar, entre eles, os clássicos estudos de epistemologia genética de Jean Piaget (Piaget & García, 1984) e seus seguidores e também, noutra área, às proposições do professor Luís Cláudio Figueiredo, notadamente em *Escutar, recordar, dizer* (1994); e do professor Gilberto Safra, notadamente na trilogia: *A face estética do self* (1999); *A po-ética na clínica contemporânea* (2004) e *Hermenêutica na situação clínica* (2006).

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

na contemporaneidade da nossa área de estudos, perpetuando assim as sempre renovadas possibilidades decorrentes da interação entre (nem tão) velhos e (nem tão) novos paradigmas (Souza, 2015b; p. 401).

De fato, quando se busca recolher as *leituras* dos cidadãos quanto às suas vidas na cidade, é preciso valer-se em larga medida das técnicas de coleta etnográfica, como os percursos em campo, os diálogos entre investigador e investigado, as observações participantes em oficinas e grupos focais e o registro, por diferentes meios, de flagrantes da vida local. Por outro lado, diversos outros procedimentos podem franquear conhecimento sobre os lugares que são *objeto* de leituras feitas por seus habitantes, tanto em termos paisageiros, mediante o *caminhar experiencial*, quanto em termos *corográficos* (ou seja, reunindo geografia e história), mediante a consulta a bibliografia, indicadores demográficos, cartografia e arquivos técnicos disponíveis, além da iconografia e das narrativas artísticas e mitopoéticas. Não se pode descartar, também, o uso de instrumentos padronizados para investigar aspectos relativos à sociabilidade, identidade topológica e apropriação do lugar por indivíduos e grupos, em termos pragmáticos, cognitivos, simbólicos e afetivos. Cabe sublinhar que o *corpus* empírico compilado mediante tais procedimentos etnográficos substancia as buscas *leituras* que os cidadãos fazem sobre a cidade: o que pensam e sentem a respeito dos lugares que habitam, das pessoas com quem convivem e da vida que levam.

## **A LEITURA**

Ora, mas o ato de “ler”, tal como o supomos aqui, demanda definições complexas: nem simples “extração de significado” (ênfase

no texto, ou *objeto*), nem simples “atribuição de significado” (ênfase no leitor, ou *sujeito*), mas um processo de verdadeira interação *trajectiva*. Esta é a posição defendida, entre outros, por Leffa (1996), em “O conceito de leitura”; para este autor, *ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra*:

Primordialmente, na sua acepção mais geral e fundamental, ler é usar segmentos da realidade para chegar a outros segmentos. Dentro dessa acepção, tanto a palavra escrita como outros objetos podem ser lidos, desde que sirvam como elementos intermediários, indicadores de outros elementos. Esse processo de triangulação, de acesso indireto à realidade, é a condição básica para que o ato da leitura ocorra (p. 11).

É nesse sentido *triangular* (ou *trajectivo*, como preferimos chamar) que empregamos a palavra “leitura”. Aliás, este é, a nosso ver, o sentido primordial que transparece em sua raiz indo-europeia, LEG-/LOG-, “recolher, ajuntar, coligir”, como também noutros vocábulos que a desdobram: “escolha”, “seleção” e “eleição”. Dentre as ideias veiculadas por estas palavras, destacam-se as de parâmetros, atenção, cuidado, meticulosidade (pois todo “coleccionador” tem de se esmerar para escolher bem, seguindo algum critério); e, sobretudo, destaca-se a ideia de compreensão, pois uma coleção é sempre um complexo ordenado, “inteligível” (Besselaar, 1994, Parte II, § 236-245, pp. 386-391). Assim, a palavra “leitura”, tal como a empregamos, remete, por um lado, ao entendimento que os sujeitos têm e podem, de algum modo, expressar sobre os lugares que habitam, sobre a vida que ali levam e sobre a conduta das pessoas que reconhecem como tendo importância, direta ou indireta, em suas vidas (ou seja, às leituras que os

### Capítulo 3

---

citadinos fazem de sua *situação* no mundo, que podem ser apreendidas mediante procedimentos eminentemente etnográficos). Por outro lado, remete ao lugar de vida *lido* por esses citadinos, exigindo duas abordagens distintas e complementares<sup>13</sup>: primeiramente, uma tomada *descritiva e explicativa* das transformações espaçotemporais e da morfologia atual, tal como se pode apreender pelas abordagens eminentemente objetivas da cartografia, geografia e história; por último, mas não menos importante, uma tomada *compreensiva* (hermenêutica) dos significados e sentidos que, em suas *leituras*, os sujeitos atribuem aos modos como esse lugar foi habitado e transformado ao longo do tempo, tomada esta que exige uma abordagem trajectiva, capaz de abarcar a metatemporalidade e a metaespacialidade dos lugares, ou seja, o que neles há de permanente, imemorial, eterno, como neles se entrelaçam a paisagem, o imaginário e o corpo-vivo dos homens. Ademais, não temos razões para descartar a possibilidade de que as interações e influências recíprocas entre indivíduo e coletividade, e destes com seu lugar de vida, sejam passíveis de mensuração e descrição matemática e, portanto, para descartar a utilização eventual de instrumentos auxiliares nesta tarefa. Finalmente, cumpre dizer que a palavra “leitura” aplica-se igualmente às análises e interpretações que nós, os pesquisadores, faremos a respeito do *corpus* empírico coletado, com vistas a abstrair *padrões* políticos e éticos inteligíveis (retornaremos a isto adiante).

13 Nossas considerações buscam integrar duas concepções alternativas sobre o “lugar” (em certo sentido, aliás, sinônimo de *situação*). Augustin Berque (2003) trata do assunto num verbete claro e profundo, reportando essas duas concepções – *ao mesmo tempo contraditórias e complementares* –, uma ao *topos* aristotélico (o lugar como um *ponto abstrato* estabelecido no *espaço absoluto*) e outra à *chôra* platônica (o lugar do “*crescer juntos*” – *cum crescere*, donde *concretus* – *das coisas na concretude do mundo sensível*, significando que haveria *uma ligação ontológica indissolúvel entre os lugares e as coisas* – seres – que ali existem).

## A ANÁLISE

Para além dos desafios já discutidos quanto aos modos efetivos de colher o que chamamos de *leituras dos cidadãos*, nossa busca nos defronta, é claro, com o desafio de desenvolver procedimentos de análise capazes de propiciar uma compreensão profunda e abrangente da *realidade radical*, a um só tempo objetiva e subjetiva, exposta pelo material empírico coletado – nos termos de Milton Vargas (1996), tratar-se-ia de abordar a *dualidade polar mente-mundo*:

(...) assim como não se pode aceitar o idealismo como teoria da realidade radical, também não é possível aceitar o realismo. É possível sustentar-se haver complementaridade entre a mente humana e o mundo físico de tal ordem que suprimindo um dos polos o outro desapareceria. A realidade radical, isto é, a fonte de onde brota toda a realidade com que nos defrontamos, contra a qual esbarramos, controlamos ou somos por ela subjugados no cotidiano de nossas vidas, é uma dualidade polar mente-mundo que ainda não foi suficientemente analisada e compreendida pela filosofia (p. 273).

Parece-nos que a maneira mais produtiva de enfrentar o caráter enigmático dessa dualidade mente-mundo (irredutível, ao menos no atual estágio do conhecimento) seja, por um lado, proceder a um recorte de objeto essencialmente *trajectivo* ou *transicional* (simultaneamente material e ideativo, objetivo e subjetivo, tal como o são as *leituras do mundo* que temos em vista e explanamos acima)<sup>14</sup>

14 Essa perspectiva trajectiva nutre-se, sobretudo, dos conceitos de objeto transicional (D. W. Winnicott), trajeto antropológico (Gilbert Durand) e trajeto mesológico (Augustin Berque), embora encontre apoio em numerosos outros pensadores. Uma de nós tratou o assunto com mais detalhes em preâmbulo escrito para uma coletânea de textos resultante de evento que reuniu especialistas adotantes da mesma perspectiva em diferentes áreas, instituições e países (Patrício, 2015).

---

### Capítulo 3

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

e, por outro lado, adotar uma atitude essencialmente *compósita* em relação ao *corpus* empírico. Por *compósita* queremos dizer, primeiro, que seja uma atitude de abstenção diante das grandes celeumas materialismo *versus* idealismo e, igualmente, subjetivismo *versus* objetivismo; individualismo (ou narcisismo) *versus* coletivismo (ou socialismo) etc.; segundo, que esta abstenção se concretize no diálogo interdisciplinar e, mais que isso, na conjugação de diversas formas de explicar e interpretar as *leituras do mundo* recolhidas para o *corpus* e delas inferir possíveis conseqüências e generalizações.

### **A INTERPRETAÇÃO**

Não será supérfluo destacar que as ideias implicadas pela palavra “leitura” confinam (e mesmo se confundem) com aquelas compreendidas pela palavra “experiência” – representações e avaliações de naturezas cognitiva, afetiva, moral e teleológica, as quais são produzidas e atualizadas como resultantes das trajetórias (de corpo e espírito) realizadas pelo sujeito em seu mundo de vida. Esta compreensão ancora-se nas noções de “atravessar, passar por”, implicadas na raiz PER- / POR-, e desdobradas em palavras que significam passagem, viagem, travessia, obstáculo, tráfego, troca (Besselaar, 1994, Parte II, § 27B, p. 224), indicando que a palavra portuguesa “experiência” (tal como a alemã *Erfahrung*) corresponde a um tipo específico de conhecimento: aquele de quem viveu e sobreviveu ao encontro com algo que lhe era, até então, estranho, desafiador. Em suma, quando empregamos a palavra *experiência* pretendemos abarcar tudo quanto um sujeito aprendeu a respeito de si, do mundo e dos outros, com base em acontecimentos que ele próprio viveu. Mas cabe notar que, tal como “leitura”, o conceito de experiência remete, sempre, tanto ao sujeito

que conhece, quanto ao objeto que é por ele conhecido – o que permite, ao menos em termos práticos, falar em “experiência objetiva” para caracterizar um evento do qual resulte conhecimento sobre coisas existentes no mundo externo (*fora da pele*) do sujeito e, similarmente, em “experiência subjetiva” quando o conhecimento tem por objeto o mundo interno (*dentro da pele*) do próprio sujeito, tal como ocorre, por exemplo, na tomada de consciência de fantasias, emoções ou perceptos afetivos<sup>15</sup>; já em eventos que envolvem relações humanas, usualmente se fala, com menor pertinência, em “experiência intersubjetiva”<sup>16</sup>. Deve ficar claro, porém, que a experiência mesma (digamos, o *fato* pressuposto e indicado pelo conceito de experiência), se existir, é algo que ocorre, sempre, *dentro da pele do indivíduo-sujeito da experiência* (aliás, neste sentido poder-se-ia dizer que *toda* experiência é experiência subjetiva)<sup>17</sup>; logo, não pode ser, a rigor, nem diretamente observada, nem propriamente “compartilhada” – pode, sim, em certa medida e sob certas condições, ser comunicada.

15 Ao distinguirmos experiências “objetivas” e “subjetivas” ancoramo-nos na nomenclatura adotada pelo professor Arno Engelmann (1978; 2002) para designar os diferentes tipos de organização de perceptos afetivos conscientes não-localizados, que ele estudou ao longo de várias décadas. Em artigo no qual refaz seu próprio percurso, Engelmann (2002) declara: “O indivíduo encontra uma bipartição da pele percebida, de tal maneira que apenas dois estados podem ocorrer: o estado externo ou objetivo fora da pele percebida e o estado interno ou subjetivo dentro da pele percebida” (p. 399).

16 Veja-se, por exemplo, a formulação dada ao assunto por Zeferino Rocha (2008): “As experiências situam-se em três registros diferentes de compreensão, embora complementares, na medida em que assumem a forma de uma experiência objetiva, subjetiva ou intersubjetiva. A experiência é objetiva quando, por meio dela, entramos em relação com as coisas que constituem o nosso mundo, o mundo que nos circunda, no qual nos situamos. Ela torna-se intersubjetiva quando nos abrimos para a comunhão com os outros” (p. 103).

17 Por oportuno, relembra-se aqui que, para Gadamer (1997), também a *leitura é um processo da pura interioridade* (p. 256).

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas  
nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

Nesses termos, dizer que é preciso buscar compreender as leituras que os (muitos) cidadãos fazem da cidade que habitam equivale a dizer que é preciso buscar compreender as experiências de muitos (multidões de) indivíduos nas situações urbanas das quais são partícipes, ou seja, os sentidos e significados subjetivos acerca de seus mundos internos e externos, que eles construíram nas contingências particulares próprias do(s) lugar(es) onde vivem<sup>18</sup> – em suma, equivale a dizer que é preciso buscar compreender, no grau possível, *a realidade radical com que se defrontam, contra a qual esbarram, controlam ou são por ela subjugados no cotidiano de suas vidas.*

Enfrentar um tal desafio exige, antes de mais, atentar para a dimensão política da urbanidade (e das periurbanidades), tal como se apresenta na realidade contemporânea. É preciso ter em conta que o território desta realidade é o sistema-mundo (sistema colonial-moderno), e sua dinâmica é a história, plural e multirrefenciada, herdeira de vários passados, comportando leituras situadas em várias dimensões temporais convergentes em uma arbitrária simultaneidade global. Ademais, é preciso ter em conta que a mundialização da informação pela tecnoeletrônica propagou a vida urbana – e, mais que isto, uma forma de representação do urbano e da urbanidade – como modelo de centralidade na ordem hegemônica sem, contudo, explicitar a gênese de tal modelo. Assim, o urbano como ambiente natural, gerado por um processo histórico-civilizatório, por uma norma de produção cultural e por sua expansão dominante (mas que silencia sobre esta gênese), apresenta-se como ambiente natural do urbano, sendo, portanto, uma ideologia.

18 Ao menos em parte, essa busca corresponde aos sistemas de significação piagetianos que, conforme afirmou a professora Zélia Ramozzi-Chiarottino (1991), já há bastante tempo, poderiam franquear a “possibilidade de uma teoria do conhecimento contingente do homem comum, que seria a base para a construção de uma Psicologia Social verdadeiramente científica” (p. 22).

Esse silêncio instrumentalizado hegemonicamente, ocultador do caráter arbitrário do modelo central propagado e das restrições por ele impostas a outros modelos emergentes ou existentes, pode engendrar, por sua vez, o silenciamento de multidões de cidadãos alienados nesse processo. Portanto, o trabalho analítico sobre leituras feitas por cidadãos sobre a cidade que habitam, para as compreender adequadamente, deverá focalizar, nelas, precisamente os silêncios que sinalizam essa alienação (Tassara & Ardans, 2006). A dimensão política pode ser entendida, portanto, como um movimento de luta entre identidades e alteridades; sob tal perspectiva, a recusa da alteridade é uma tentativa de fixar essa centralidade, o que vem a dar em uma subjugação da consciência por um modelo inquestionável.

Diante desse fundo, preconizamos a necessidade de analisar a massa de informações recolhidas em qualquer pesquisa acerca das experiências e aspirações de cidadãos, tendo como meta primordial o desvelamento de traços da positividade lógica (ignorância) e da negatividade psicológica (impedimento) que possam estar presentes em suas leituras da cidade que habitam<sup>19</sup>. Deve ficar claro, porém, que não se trataria de comparar modelos de urbanidade/perurbanidade ou arrolar suas múltiplas variações e possíveis sincretizações<sup>20</sup>, e ainda menos de um escrutínio em busca de elementos que possam servir para ilustrar teses sobre causalções redutoras na determinação de identidades, alteridades e sociabilidades, sejam as

19 Cabe notar que, conforme explicitam Tassara & Ardans (2008, p. 141), esses traços tendem a apresentar-se entrecruzados, resultando em quatro “tipos” identitários: o “morto/morto” (impedido e ignorante), o “morto/vivo” (impedido), o “vivo/morto” (ignorante) e o “vivo/vivo” (lúcido – para quem “estar vivo” significa estar em movimento na direção da compreensão de qual é o modelo situado no centro de sua identidade).

20 Os limites de um tal trabalho comparativo são, aliás, discutidos amplamente pela professora Eda Tassara em publicação recente (Tassara & Patrício, 2016).

### Capítulo 3

---

de tipo naturalista, sejam as de tipo historicista. Tratar-se-ia, sim, de contrastar as informações corográficas (geográficas e históricas, de âmbito local, mas também planetário) sobre os lugares e as diversas leituras do espaço-tempo na cidade expressas pelos cidadãos. Das inter-relações que venham a ser, assim, empiricamente constatadas é que, a nosso ver, se poderão haurir os fenômenos identitários e os padrões de interação política que possam estar subjacentes à realidade urbana hodierna<sup>21</sup>.

Mas essa análise objetiva da dimensão política não nos parece bastar para que se compreendam as experiências e expectativas das multidões de habitantes de cidades globalizadas. É preciso também abordar, de uma perspectiva hermenêutica, aquilo a que poderíamos chamar *emoções e/ou paixões e/ou afetos e/ou sentimentos e/ou estados de ânimo*<sup>22</sup>, que, acreditamos, deve ressoar nas leituras que os cidadãos fazem da cidade que habitam. Vale sublinhar que estamos tratando de uma linha de abordagem complementar à primeira: com efeito, consideramos que é preciso partir do reconhecimento da ordem hegemônica subjacente ao modelo de urbanidade

21 Trata-se, a nosso ver, de uma empreitada correspondente ao que Boaventura de Sousa Santos (1994) denominou “arqueologia virtual do presente”.

22 Esta foi a solução redacional preconizada, há muito tempo, por Arno Engelmann (1978), quando ele se defrontou com a absoluta confusão terminológica (mas não só terminológica) que reinava na literatura especializada a respeito dos fenômenos emocionais; consistiu em usar “emoções e/ou...” como abreviação para 32 termos oriundos de diferentes idiomas, mas também portando diferentes definições, sendo porém todos eles aparentados a “emoções” e/ou “paixões” e/ou “afetos” e/ou “sentimentos” e/ou “estados de ânimo” (pp. 38, nota de rodapé nº 10). Hoje, o panorama não é menos confuso (talvez o seja ainda mais!), e, em que pese não compartilharmos inteiramente suas soluções teórico-metodológicas, temos que admitir a pertinência dessa sua “deselegante” (a palavra é dele) solução. Já a expressão “estados subjetivos” foi cunhada e definida por ele em função de seus objetivos de pesquisa, com base em critérios específicos, a saber, (1) é consciente, (2) refere-se à parte do corpo da pessoa, (3) a pessoa é incapaz de indicar mais nada em relação a esta localização anterior e (4) dura um certo tempo. Neste sentido, trata-se de uma nomenclatura imprópria para o tipo de fenômeno que nós próprios estamos visando.

que se propaga mundialmente, calcado no silêncio ideológico sobre sua gênese e no silenciamento alienante que produz; todavia, parece-nos igualmente importante investigar o *impacto emocional* – ou, o que quer dizer o mesmo, o *sentimento* – produzido por este processo político em sua concretude. Cumpre fazer notar: uma ordem hegemônica ou se concretiza nos lugares e nos modos de viver das pessoas e grupos – por exemplo, alterando as paisagens e os comportamentos individuais e coletivos previamente verificados em certo lugar –, ou não é, propriamente, uma ordem hegemônica. Queremos, com isto, destacar que o processo político necessariamente se materializa no mundo de vida das pessoas e grupos e que, por outro lado, apenas pode materializar-se através da vida mesma destas pessoas e grupos. Estampa-se assim toda a complexidade das interações dos homens entre si e com o mundo físico e social; ganha destaque a natureza *sensível* do homem (compreendida nos termos da filosofia antropológica de Ludwig Feuerbach), vista como a condição de possibilidade de toda e qualquer interação com o mundo e com os outros.

Um ligeiro interlúdio poderá esclarecer a importância dessa natureza sensível do homem para o assunto que temos em pauta, e pode valer-nos uma passagem de Adriana Veríssimo Serrão (2007), cuja clareza recomenda a longa citação:

(...) o sentir é por natureza transitivo, é o sentir de algo diferente daquele que sente e traz imediatamente consigo em si a prova da realidade. O sentir é o lugar por excelência da síntese ontológica, da ligação de dois termos reais, do ser que sente e do ser que é sentido, o qual pode igualmente ser sentido por outros, numa palavra, ser objeto para todos (...). Do ponto de vista da ontologia geral, a realidade sensível sustenta, ao contrário da interioridade do

### Capítulo 3

---

pensamento, a possibilidade de um mundo aberto e de uma comunidade universal. (...) Também do ponto de vista da onto-antropologia, a humanidade encontra no sentir a sua única matéria, a sua única natureza, pois só o sentir tem o privilégio de conter em si a duplicidade, noutros termos, a unidade de subjectivo e objectivo, a possibilidade de ligar ser com ser. A sensibilidade (...) é uma permanente capacidade de passividade, uma passividade activa, que pode manifestar-se como carência ou necessidade (*Bedürfnis*), um princípio positivo, despertar de todo movimento subjectivo, génese da atividade, condição de possibilidade da existência como um *continuum* de vida. (...) A receptividade sensível implica ainda a abertura e a disponibilidade para o acolhimento da existência segundo o valor da proximidade. Os seres sensíveis não se encontram estaticamente numa coexistência espacial, mas estão interactivamente em acção recíproca. Antropologicamente considerada, esta coesão subjectiva isenta de cisões inscreve-se num corpo singular, individualmente protagonizado. O corpo próprio, um corpo-sujeito, é a encarnação individual da integralidade [do homem], que mergulha na alteridade mundana graças à porosidade, (...) metáfora epidérmica da permeabilidade entre interior e exterior, de receptividade e afinidade com o ser mundano e pessoal (pp. 169-170).

Ora, essas considerações não são triviais: pode-se dizer que a história de expansão do modelo de urbanidade hegemônico materializa-se, visivelmente, nas cidades que hoje recobrem o globo terrestre e no modo como as pessoas as habitam e nelas vivem e convivem. Pode-se dizer que tal panorama representa a contraface ética do processo político por (entre outras cujo tratamento não caberia aqui) três razões factuais: primeiro, porque toda configuração material atual patenteia, diante da memória individual e coletiva, a transformação

do que havia antes, que pode ser avaliada como melhora ou piora; segundo, porque, configurando o lugar de vida, configura condições e contingências materiais que, por sua vez, exercem um papel (cuja extensão não é possível discutir aqui) na modelagem de hábitos e caracteres individuais e coletivos de seus moradores e na qualidade das relações intersubjetivas que podem ser estabelecidas entre eles; terceiro, porque essa realidade exterior é percorrida e percebida (*sentida*) pelos cidadãos em suas lides e vivências cotidianas, impactando-os assim em sua interioridade; antes de tudo, provocando-lhes “emoções e/ou...” de natureza positiva ou negativa.

A designação desses fatos pela palavra ética, como deve estar claro, leva em conta as reflexões empreendidas no campo das humanidades a respeito de seu sentido originário, sobretudo com base nas elaborações de Martin Heidegger sobre o assunto<sup>23</sup>. Como se sabe, essas reflexões contribuíram para reintegrar ao pensamento ético o sentido mais antigo reconhecido pelos especialistas para o vocábulo grego *êthos* (ἦθος), “morada”, “habitat”, “toca de animais”, que há muito tempo havia sido obnubilado pela confusão (por via das traduções latinas) com outro vocábulo grego, *éthos* (ἔθος), “hábito”, “costume” – e ademais pela conotação normativa de “bons hábitos”, “bons costumes” que assim veio a adquirir<sup>24</sup>. Estas discussões têm grande importância para a realização

23 Entre os trabalhos de Martin Heidegger que inspiraram mais diretamente nossa abordagem das questões éticas que expomos neste ensaio, devem ser mencionados particularmente A origem da obra de arte e Hölderlin e a essência da poesia (1935), Carta sobre o humanismo (1946), Construir, habitar, pensar (1951) e Serenidade (1955), que dispensam referências. Quanto à distinção que fazemos entre os níveis ético e político da vida humana, declaramos expressamente a influência adicional recebida do trabalho de Solange Vergnières (1998) sobre estes temas em Aristóteles.

24 Conforme, por exemplo, Murachco (s./d.): “Em latim e em português não há resíduos de derivados de *êthos*, mas temos um adjetivo derivado de *ἦθος - ἠθικός*, *ethicus*, ético, que, frequentemente, é confundido com ‘moral’ no sentido de ‘conforme os bons costumes, isto é, conforme à moral oficial. No mundo latino, essa ‘moral oficial’ assume uma feição autoritária, vertical [que], seguindo a trilha do Direito e das Instituições Romanas, adentra pelo Império Romano até sua queda e depois é assumida pela Igreja e perdura até nossos dias, com o sentido de ‘norma

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais

Sandra Patrício e Eda Tessara

do estudo ora proposto, porquanto podem auxiliar na elucidação das relações que pressupomos haver entre a ética, a estética, a psicologia, a política e o urbanismo. Esses pressupostos ancoram-se principalmente em estudos teóricos e empíricos realizados anteriormente pelas autoras, mas encontram respaldo também nas conclusões a que chegam pensadores dedicados ao trabalho clínico em psicologia – como ilustra a passagem irretocável de Luís Cláudio Figueiredo (2005):

A cultura em sua historicidade está presente tanto como o que atravessa, sustenta e modula os processos do self, como o que é gerado a partir dos encontros estéticos. Na verdade, os encontros estéticos se dão sempre antes e paralelamente aos, também importantes, encontros humanos no campo dos sentidos já constituídos, dos significados compartilhados e consensuais. (...) a origem dos sentidos é o sentir, e mesmo o mais sublime dos pensamentos não só tem uma origem pática, como, dissociado deste terreno, o plano pático das sensações, dos afetos e das estesias, ele, a rigor, não é nada. Pior ainda: talvez seja da ordem do patológico (p. 11).

Também nós pensamos que esse *encontro estético*, no qual o mundo *exterior* ressoa como *pathos no corpo-sujeito* do homem, deve ser tomado como o fundamento de sua capacidade de compreensão de si próprio, das outras pessoas e do mundo, donde derivam suas possibilidades imaginativas, criativas, cognitivas, em suma, de toda a sua existência individual e social. Nesta perspectiva, o conhecimento político e ético sobre a cidade não pode prescindir da compreensão

de conduta', ou uma 'boa ou má moral > moralidade', que passa a ser uma série de princípios que regem uma sociedade. Não é esse o sentido do *ἦθος* aristotélico; não é esse o sentido do *ἦθος* homérico e arcaico que Aristóteles conhece e amplia" (pp. 31-32).

dos sentimentos (*pathos*) de seus habitantes. A atitude hermenêutica<sup>25</sup> que propomos busca, precisamente, desvelar este *plano pático das sensações, dos afetos e das estesias*, latente nas imagens comunicadas pelos cidadãos nas leituras que fazem sobre sua cidade.

Esperamos ter deixado claro que ao defendermos tal abordagem compósita, simultaneamente analítica e hermenêutica, política e ética, estamos procurando delinear um modo de enfocar a *complementaridade entre a mente humana e o mundo físico* de que nos fala Milton Vargas. Apenas o avanço das investigações poderá aquilatar a pertinência de uma tal abordagem; antes disto, gostaríamos de compartilhar com o leitor o consolo de reencontrar na poesia a expressão de nosso irresoluto assombro:

#### MULTIDÃO

Mais que as ondas do largo oceano  
e que as nuvens nos altos ventos,  
corre a multidão.

Mais que o fogo em floresta seca,  
luminosos, flutuantes, desfrisados vestidos  
resvalam sucessivos,  
entre as pregas, os laços, as pontas soltas  
dos embaralhados turbantes.

Aonde vão esses passos pressurosos, Bhai?

25 Caberá dar destaque a um modo de conceber o sentido da hermenêutica, que compartilhamos: “O sentido da hermenêutica é, na realidade, aquilo que, de um modo ou de outro, sempre persegue ou almeja, ainda que seja pelo negativo, o ser humano enquanto animal intérprete ou simbólico que gera uma pluralidade de linguagens culturais no interior das quais se articula e configura o sentido. A hermenêutica se limitaria a realizar de um modo explícito o que o ser humano efetua em sua vida individual e coletiva de um modo mais ou menos implícito, e seja pela ativa ou [pela] passiva: a busca do sentido” (Garagalza, 2015; p. 66).

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas  
nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

A que encontro? a que chamado?  
em que lugar? por que motivo?  
Bhai, nós, que parecemos parados,  
por acaso estaremos também,  
sem o sentirmos,  
correndo, correndo assim, Bhai, para tão longe,  
sem querermos, sem sabermos para onde,  
como água, nuvem, fogo?  
Bhai, quem nos espera, quem nos receberá,  
quem tem pena de nós,  
cegos, absurdos, erráticos,  
a desabarmos pelas muralhas do tempo?

CECÍLIA MEIRELES (POEMAS ESCRITOS NA ÍNDIA)

## REFERÊNCIAS

---

- ARISTÓTELES. A Política, 2009. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 2ª ed. rev.. Bauru, SP: EDIPRO, 2009 (Clássicos EDIPRO).
- BACON, F. Livro I: Aforismos sobre a interpretação da natureza e o reino do homem. In: F. Bacon. *Novum Organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999 [obra de 1620].
- BERQUE, A. “Lieu” 1., *EspacesTemps.net, Livres*, 19.03.2003 (tradução livre). Disponível em: <<http://www.espacestems.net/articles/lisquolieursquo-1/>>. Acesso em: 16/08/2016.
- BERQUE, A. *El pensamiento paisajero*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.
- BERQUE, A. *Médiance. De millieux en paysages*. 2. ed. Paris: Belin/Reclus, 2000.
- BESSELAAR, J. V. D. *As palavras têm a sua história*. Braga (Port): AAPACD, 1994.
- BLEGER, J. *Psicologia da conduta*. Porto Alegre (RS): Artes Médicas, 1984.
- Castilla, J. M. Duas visões da política: a multidão perante a filosofia do comum. *Princípios Revista de Filosofia*, v. 19, n. 32, jul./dez. 2012, pp. 253-272.
- Engelmann, A. Da conceituação de estado subjetivo até a proposição dos escalões de percepto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(2), 2002, pp. 393-405.
- ENGELMANN, A. *Os estados subjetivos. Uma tentativa de classificação de seus relatos verbais*. São Paulo: Ática, 1978.
- FIGUEIREDO, L. C. Apresentação. In: G. Safra. *A face estética do self: teoria e clínica*. Aparecida, (SP)/São Paulo: Idéias e Letras/Unimarco Ed., 2005.

---

### Capítulo 3

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

- FIGUEIREDO, L. C. *Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos*. São Paulo: Escuta, 1995, pp. 17-96.
- FIGUEIREDO, L. C. *Escutar, recordar, dizer. Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo: Educ/Escuta, 1994.
- GADAMER, H.-G. *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. de F. P. Meurer. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- GARAGALZA, L. O sentido da hermenêutica: hermenêutica da linguagem e simbolismo. In: S. Patrício & A. F. Araújo (orgs.). *Paisagem, imaginário e narratividade. Olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social*. São Paulo: Zagodoni, 2015, pp. 54-67.
- JAPIASSU, H. & MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro, JZE, 2008, p. 132.
- LANE, S. T. M. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura. Uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre (RS): Sagra/DC Luzzatto, 1996, pp. 9-24.
- LEWIN, K. *Princípios de psicologia topológica*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- MAISONNEUVE, J. *Introdução à psicossociologia (1973)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Edusp, 1977.
- MUNNÉ, F. *La psicología social como ciencia teórica*, 2008. Edição online. Disponível em: <<http://www.portalpsicologia.org/pdfs/2008Munne.pdf>>. Acesso em: 26/06/2018.
- MURACHCO, H. G. Algumas considerações sobre a ética de Aristóteles: o homem na pólis e nas relações individuais. *HYPNOS*, a. 2, n. 3, s/d., pp. 30-37.
- NICOLESCU, B. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- PATRÍCIO, S. A trajetividade. In: s. PATRÍCIO & A. F. ARAÚJO (orgs.).

- Paisagem, imaginário e narratividade. Olhares transdisciplinares e novas interrogações da psicologia social.* São Paulo: Zagodoni, 2015, pp. 7-14.
- PIAGET, J. & GARCÍA, R. *Psicogénesis e historia de la ciencia.* México: Siglo Veintiuno, 1984.
- PIÉRON, H. *Dicionário de psicologia.* Porto Alegre (RS): Globo, 1969 [obra de 1951].
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. *Sistemas lógicos e sistemas de significação na obra de Jean Piaget.* *Psicologia USP*, 2(1/2), 1991, pp. 21-23.
- ROCHA, Z. A experiência psicanalítica: seus desafios e vicissitudes, hoje e amanhã. *Ágora*, v. XI, n. 1, jan./jun. 2008, pp. 101-116.
- SAFRA, G. *A po-ética na clínica contemporânea.* São Paulo: Idéias e Letras, 2004.
- SAFRA, G. *Hermenêutica na situação clínica. O desvelar da singularidade pelo idioma pessoal.* São Paulo: Sobornost, 2006.
- SAFRA, G. *A face estética do self. Teoria e clínica.* São Paulo: Unimarco, 1999.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade.* Porto: Afrontamento, 1994.
- SERRÃO, A. v. *Pensar a sensibilidade. Baumgarten – Kant – Feuerbach.* Lisboa: CFUL, 2007.
- SOUZA, M. R. de. 2015(a). Experiência do outro, estranhamento de si. Dimensões da alteridade em antropologia e psicanálise. Prefácio de Luís Cláudio Figueiredo. São Paulo: Edusp, 2015.
- SOUZA, M. R. de. 2015 (b). Psicologia social e etnografia: histórico e possibilidades de contato. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 35, n. 2, jun. 2015, pp. 389-405.
- SOUZA, M. R. de. Uma questão de método: origens, limites e possibilidades da etnografia para a psicologia social. *Psicologia USP*, v. 25, n. 3, dez. 2014, pp. 307-316.

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

TASSARA, E. *Urbanidade e organização social urbana: o peso da centralidade*. In: E. Tassara & S. Patrício (orgs.). *Política ambiental: contribuições interdisciplinares para um projeto de futuro*. São Paulo: Educ, 2016, pp. 15-34.

TASSARA, E. & ARDANS, O. Educação ambiental crítica: pesquisa-ação, participação, silêncios e “silenciamentos”. *Pesquisa em Educação Ambiental* [S. l.], v. 1, n. 1, pp. 59-71, dez. 2006, ISSN 2177-580X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30009/31896>>. Acesso em: 05/10/2016.

TASSARA, E. & ARDANS. 2008. Psicologia Socioambiental, identidades urbanas e intervenção social. Reflexões sobre mudanças socioambientais no sistema-mundo. In: Eda Terezinha de Oliveira Tassara; Emília Wanda Rutkowaski. (Org.). *Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro*. 1ed. Brasília, DF: UNESCO Brasil/IBECC/ São Paulo, 2008, v. , p. 123-154.

TASSARA, E. & PATRÍCIO, S. (orgs.). *Política ambiental: contribuições interdisciplinares para um projeto de futuro*. São Paulo: Educ, 2016.

ULHOA CINTRA, G. & CRETELA JR., J. *Dicionário latino-português*. São Paulo: Anchieta, 1944.

UNO – United Nations Organization. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision* (ST/ESA/SER.A/366). Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2015.

VANDENBOS, G. R. (org.). *DICIONÁRIO DE PSICOLOGIA APA*. Porto Alegre, Artmed, 2010.

VARGAS, M. História da matematização da natureza. *Estudos Avançados*, 10 (28), 1996, pp. 249-276.

VERGNIÈRES, S. Ética e política em Aristóteles. *Physis, Ethos, Nomos*. Trad. de C. M. Cesar. São Paulo: Paulus, 1998.

### Capítulo 3

---

Consideração sobre o estudo das multidões urbanas  
nos tempos atuais  
Sandra Patrício e Eda Tessara

